

FAMÍLIA

Volume 1

INDICADORES SOCIAIS

Presidente da República
José Sarney

Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação
João Batista de Abreu

Secretário-Geral
Ricardo Luís Santiago

**FUNDAÇÃO INSTITUTO
BRASILEIRO DE GEOGRAFIA
E ESTATÍSTICA – IBGE**

Presidente
Charles Curt Mueller

Diretor-Geral
David Wu Tai

Diretor de Pesquisas
Lenildo Fernandes Silva

Diretor de Geociências
Mauro Pereira de Mello

Diretor de Informática
José Sant'Anna Bevilaqua

Chefe do Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais
Márcia Bandeira de Mello Leite

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE
DIRETORIA DE PESQUISAS
DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS E INDICADORES SOCIAIS

IBGE - CDDI/DEDOC
REDE DE BIBLIOTECAS

FAMÍLIA

INDICADORES SOCIAIS

Helena Alvim Castello Branco

Fam. Indic. soc.	Rio de Janeiro	v. 1	p. 1-28	1981/87
---------------------	----------------	------	---------	---------

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 — Centro 20 021 — Rio de Janeiro, RJ — Brasil
© IBGE

Capa
Renato J. Aguiar/Gerência de Editoração

Castelo Branco, Helena Alvim
Família : indicadores sociais / Helena Alvim Castelo
Branco. — V. 1 (1981/1987)- . — Rio de Janeiro :
IBGE, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais,
1989-

v.

Anual.

1. Família — Brasil — Estatística. 2. Indicadores Sociais — Brasil.
I. IBGE. Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais.
II. Título.

IBGE. Gerência de Documentação e Biblioteca
RJ-IBGE/89-26

CDU 314.6(81)

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é resultado de mais um esforço no sentido de reunir, analisar e divulgar dados produzidos pelo **IBGE** sobre o tema Família. De fato, este trabalho se inscreve no contexto de um projeto mais amplo que envolve a elaboração de um sistema contínuo de informações básicas sobre diversas áreas temáticas no campo dos indicadores sociais, elaborado pelo **Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais**.

Este primeiro boletim sobre família cobrirá os primeiros anos da década de 80, tomando como fonte de informações o questionário básico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Serão comparados os dados de 1981 e 1987, respectivamente a primeira PNAD da década e a última data em que a mesma foi publicada.

Este trabalho vem se somar a uma série de estudos elaborados pelo **Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais** sobre Família, já publicados através de seus Relatórios de Indicadores Sociais. Ao longo do tempo, foi sendo aprimorada a metodologia de análise do tema com a construção de categorias próprias e de tabulações especiais sistematicamente aperfeiçoadas.

A autoria deste trabalho é de Helena Alvim Castello Branco, que trabalhou sob a coordenação de Rosa Maria Ribeiro da Silva. Também colaboraram através de leitura e comentários Ana Lucia Saboia, Luiz Antonio Pinto de Oliveira e Regina Prado.

O trabalho de processamento dos dados coube a João Raposo Belchior e a digitação do texto final a Marília Rodrigues Manso Barros.

Rio de Janeiro, outubro de 1989.

SUMÁRIO

- Apresentação	3
1 - Introdução	7
2 - Tipos de família	10
3 - Distribuição de rendimentos	14
4 - A família no mercado de trabalho	15
5 - O tamanho da família	20
6- Unidades domésticas unipessoais	22
- Conclusão	26
- Bibliografia	27

1 - INTRODUÇÃO

O interesse em tomar a Família como unidade de análise decorre basicamente da importância deste grupo social como núcleo articulador das práticas que norteiam o processo de reprodução social. De fato, a família tende a adotar uma estratégia comum no processo de alocação de seus membros no mercado de trabalho e a organizar um orçamento comum tendo em vista a obtenção dos bens necessários à subsistência do grupo. Este processo no entanto deve ser relativizado, na medida em que os membros da família não se organizam de forma perfeitamente racional e sistematizada com vistas à reprodução do grupo, devendo-se levar em conta que ocorrem simultaneamente processos individualizantes dos diversos membros da unidade doméstica. O estudo da família é portanto de fundamental importância, na medida em que busca apreender a pluralidade de formas como os indivíduos se organizam com vistas à reprodução biológica e social.

O que se pretende aqui portanto é investigar as tendências de evolução nos padrões familiares para a presente década no que diz respeito a aspectos como: tamanho e composição das famílias, estrutura de rendimentos e participação de seus membros na força de trabalho.

O período 1981/87, escolhido em função do objetivo do projeto do sistema contínuo de informações de cobrir a presente década, constitui na verdade um intervalo de tempo relativamente curto para se apreenderem mudanças estruturais nos padrões familiares. Em vista disso, optou-se por contrapor as tendências de mudança observadas neste período àquelas detectadas para a década de 70, através do último Relatório de Indicadores Sociais (1985), que compara dados dos Censos de 1970 e 1980.

O que se constata é que são basicamente as mesmas as tendências verificadas para ambos os períodos, no que se refere aos principais aspectos enfocados: redução no tamanho das famílias, expressivo crescimento relativo das famílias chefiadas por mulher sem cônjuge com filhos, aumento do número de pessoas ocupadas nas famílias. Esta comparação entre os dois períodos leva portanto à conclusão de que as mudanças ocorridas no período 1981/87 refletem tendências já anteriormente delineadas de transformações efetivas nos padrões familiares e não apenas variações conjunturais.

A definição de família utilizada neste trabalho parte daquela adotada nas publicações do IBGE, restringindo-a no entanto de forma a se aproximar de uma conceituação das ciências sociais. Nos Censos e PNADs, a noção de família é condicionada aos arranjos societários organizados no interior dos domicílios particulares, por nós denominados de "unidades domésticas". Trata-se portanto de um universo delimitado a partir de uma determinância básica: as fronteiras físicas do local de moradia, o que impede a apreensão da dinâmica familiar espacialmente desmembrada, a chamada "família de interação".

O que estas publicações consideram como família é então o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, ou pessoa que vive só, ou ainda qualquer grupo de pessoas não aparentadas, desde que morando no mesmo domicílio (1).

No presente trabalho, no entanto, optou-se por uma definição de família que restringe a noção acima aos grupos de indivíduos ligados por laços de parentesco, seja por afinidade, consangüinidade ou adoção, desde que circunscritos à unidade residencial, posto que se trata de um limite imposto pelo tipo de pesquisa. Esta definição se aproxima de um enfoque antropológico de família, que a trata como uma instituição que assume configurações diversificadas em torno de uma atividade de base biológica, a reprodução. A família seria portanto todo "grupo de indivíduos ligados por laços de sangue, adoção ou aliança, socialmente reconhecidos e organizados em núcleos de reprodução social" (Bruschini, 1988).

(1) O conceito de família do Censo difere ligeiramente daquele da PNAD, na medida em que restringe a cinco o número máximo de pessoas sem laços de parentesco morando no mesmo domicílio. Já a PNAD não estabelece um limite máximo.

Faz sentido portanto analisar este grupo em separado, destacando-o das demais unidades domésticas onde não figura o princípio do parentesco, de forma a apreender sua dinâmica própria, as diversas configurações que assume e as formas como se organiza em torno da reprodução social.

O que se empreendeu portanto neste trabalho foi, partindo do universo mais amplo das unidades domésticas, destacar três grupos distintos: o das famílias propriamente ditas, o das unidades unipessoais e o daquelas formadas por duas ou mais pessoas sem elos de parentesco.

Serão analisados em separado os dois primeiros sub-grupos, sendo que o terceiro não será focado por constituir um universo bastante reduzido, apenas 0,3% do total de unidades domésticas.

Antes de entrar na análise específica dos dois grupos, convém apresentar um dado geral sobre o número de unidades domésticas: cerca de 34,3 milhões em 1987 (**Quadro 1**). Deste total, 31,9 milhões eram constituídas por famílias de acordo com o critério adotado, 2,3 milhões por unidades domésticas unipessoais e 107 mil por arranjos domésticos formados por duas ou mais pessoas sem relação de parentesco, o que corresponde respectivamente a 93,0%, 6,7% e 0,3% do total de unidades domésticas. Comparando com a situação verificada em 1981, observa-se que as famílias tiveram um crescimento relativo bem menor que os demais tipos de arranjo doméstico: 22,8% contra 39,9% no caso das unipessoais e 35,7% para aquelas formadas por pessoas não aparentadas.

Quadro 1 - Distribuição das unidades domésticas, segundo o tipo
Brasil 1981/1987

Tipos de unidade doméstica	números absolutos		números relativos		1987 1981
	1981	1987	1981	1987	
Unidades domésticas	27.689.832	34.290.923	100,0	100,0	23,8
Famílias	25.970.639	31.888.473	93,8	93,0	22,8
Unipessoais	1.640.088	2.295.085	5,9	6,7	39,9
2 ou mais pessoas	79.105	107.365	0,3	0,3	35,7

2 - TIPOS DE FAMÍLIA

Enfocando em seguida o conjunto das famílias propriamente ditas, buscou-se construir uma tipologia básica de caráter descritivo que reproduzisse as manifestações empíricas mais importantes dos arranjos familiares mais freqüentes na sociedade brasileira. Com isso procurou-se evitar classificações comumente adotadas, como é o caso dos conceitos de "família nuclear" ou "completa", por exemplo, que trazem embutida a noção de um modelo de família "normal", composta pelo núcleo conjugal e filhos.

Optou-se, ao invés, por categorias de caráter descritivo, que serão enumerados no quadro abaixo (**Quadro 2**), acompanhadas pelos valores correspondentes ao seu peso entre o total de famílias.

**Quadro 2 - Distribuição percentual das famílias residentes em domicílios particulares por situação do domicílio, segundo os tipos de família
Brasil 1981/1987**

Tipos de família	1981			1987		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Total de famílias	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Casal sem filhos	11,0	11,4	9,9	11,5	11,5	11,3
Casal sem filhos e com parentes	1,8	1,7	2,0	1,8	1,6	2,2
Casal com filhos	61,2	58,9	67,9	59,5	57,4	65,9
Casal com filhos e com parentes	8,1	8,4	7,1	7,4	7,5	7,2
Mulher chefe sem cônjuge com filhos	10,2	11,5	6,6	11,9	13,3	7,4
Mulher chefe sem cônjuge com filhos e com parentes	2,2	2,5	1,4	2,5	2,8	1,5
Homem chefe sem cônjuge com filhos e parentes	2,0	1,8	2,3	2,0	1,9	2,2
Outros	3,5	3,8	2,8	3,6	4,0	2,4

Como se pode verificar, as famílias compostas por casal, com filhos constituem o tipo predominante de arranjo doméstico, representando 59,5% do total de famílias. Seguem-se aquelas integradas por mulher chefe sem cônjuge com filhos (com ou sem parentes) - 14,4%; aquelas formadas por casal sem filhos (com ou sem parentes) - 13,3%; e aquelas compostas por casal com filhos e parentes - 7,4%.

É interessante introduzir-se a classificação das famílias segundo a situação do domicílio urbana ou rural, na medida em que diversos estudos já apontam para distintos padrões de organização familiar de acordo com sua localização no campo ou na cidade.

No que se refere aos diferentes tipos de família, o que se percebe de mais contrastante quanto à situação do domicílio é que enquanto aquelas compostas por casal com filhos são bem mais freqüentes no meio rural que no meio urbano, ocorre o inverso com aquelas chefiadas por mulher com filhos.

De fato, enquanto no meio rural, 65,9% das famílias são integradas por casal com filhos, no meio urbano não passam de 57,4%. Isto reflete certamente o fato de que nas cidades é mais significativo o peso das formas de organização familiar alternativas ao modelo dominante. Outros fatores atuam ainda na determinação deste diferencial. O fato dos casamentos terem uma duração média inferior no meio urbano que no rural; um planejamento familiar mais rigoroso nas áreas urbanas levando a um maior número de casais sem filhos ou que retardam o nascimento do primeiro filho; o fato de no campo ser muito importante a presença da família completa em função da produção organizada de forma familiar são alguns destes fatores que justificam a maior incidência de famílias constituídas por casal com filhos no campo que na cidade.

Já com relação às famílias compostas por mulher sem cônjuge com filhos (com ou sem parentes), suas proporções são bem mais elevadas no meio urbano que no rural (16,1% e 8,9% do total de famílias, respectivamente). Isto se deve provavelmente à falta de alternativas de vida para a mulher sozinha no campo, principalmente no que diz respeito à oferta de trabalho (Berquó e Oliveira, 1988). Além do que, padrões

morais mais rígidos dificultam a existência no meio rural de mulheres encabeçando sozinhas o núcleo doméstico.

A predominância das famílias integradas por casal com filhos vem revelar a permanência de um padrão que se tem constituído historicamente como o modelo básico de arranjo doméstico. Pode-se detectar no entanto, nos anos recentes, a partir das transformações sócio-econômicas e mudanças nos valores que se vêm forjando, o surgimento de uma tendência de modificação nos padrões familiares, com a expansão de outras formas de arranjo conjugal, que não chegam contudo a abalar o padrão dominante.

Ao se comparar os dados de 1981 e 1987, percebe-se que as variações mais significativas ocorreram na proporção de famílias chefiadas por mulher, que aumentou 16,1% (de 12,4% para 14,4%) e nas famílias compostas por casal com filhos e parentes, que tiveram uma redução de 8,6% (de 8,1% para 7,4%). Mudanças menos expressivas ocorreram com as famílias formadas por casal sem filhos, cuja participação relativa cresceu 3,9% (de 12,8% para 13,3% do total de famílias) e com as famílias integradas por casal com filhos - redução de 2,8% - de 61,2% para 59,5%.

Um outro dado que completa este quadro de mudanças nas formas de organização doméstica diz respeito ao crescimento expressivo dos domicílios habitados por uma única pessoa, cuja participação entre o total de unidades domésticas aumentou 13,6%.

O fato das famílias chefiadas por mulher serem aquelas que mais se expandiram no período em questão vem indicar que as mudanças que se operam na estrutura familiar se refletem sobretudo na expansão deste tipo de organização doméstica, que pode expressar três realidades: famílias chefiadas por mulheres viúvas, separadas ou mães solteiras.

Estas famílias têm um peso particularmente significativo nas camadas mais pobres da população. De fato, enquanto 41,0% das famílias chefiadas por mulher com filhos (e sem parentes) percebiam até 1/2 salário mínimo per capita em 1987, no caso do total das famílias, este percentual não passava de 30,3%. Verifica-se ainda que

estas famílias têm rendimento médio inferior a todos os outros tipos de família, menor inclusive que o daquelas formadas por casal sem filhos, que têm menor número médio de componentes e menor número médio de pessoas trabalhando - rendimento médio de 4,1 e 6,3 salários mínimos mensais, respectivamente.

As dificuldades particularmente grandes que costumam encontrar os homens nestas camadas da população de exercerem o papel de provedores da família, são em grande parte responsáveis pela alta incidência nas classes trabalhadoras destas famílias integradas por mulheres separadas ou solteiras com filhos.

Fatores de outra ordem no entanto podem explicar a alta freqüência deste tipo de família nestas classes de renda, como o afastamento do chefe do convívio da família em caráter geralmente temporário, em busca de mercado de trabalho em outra localidade.

Quanto às famílias chefiadas por mulheres viúvas, sua alta incidência decorre do fato da viuvez constituir um fenômeno mais freqüente e mais precoce entre as mulheres que entre os homens, em virtude dos diferenciais de esperança de vida que favorecem a população feminina.

As famílias compostas por casal com filhos e parentes, freqüentemente chamadas de "famílias extensas", são as que se seguem àquelas chefiadas por mulheres com filhos em termos da intensidade de variação no período 1981/87 (redução de 8,6% em sua participação relativa entre o total de famílias). Este fenômeno reflete uma tendência que já vem ocorrendo há mais tempo de nuclearização das famílias, no sentido da redução do número de parentes e agregados coabitando com o núcleo conjugal e os filhos. Uma das manifestações deste processo é o aumento do número de unidades domésticas unipessoais compostas por pessoas idosas (como se analisará adiante), o que vem revelar provavelmente uma redução na prática dos filhos receberem seus pais ou sogros para partilhar a moradia, principalmente após a viuvez.

3 - DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTOS

Ao se observar os dados referentes à distribuição das famílias por classes de rendimento mensal familiar per capita (**Quadro 3**), verifica-se uma melhora no nível de renda entre 1981 e 1987, tendência esta já observada na década de 70 **(2)**. De fato, há uma redução na proporção de famílias nas classes de renda mais baixas, tendo diminuído de 39,8% para 36,7% o percentual daquelas percebendo até 1/2 salário mínimo mensal per capita **(3)**. O rendimento médio das famílias, por sua vez, se eleva de 4,9 para 5,4 salários mínimos.

Com relação aos diferenciais de rendimento entre as áreas urbana e rural, verifica-se a permanência de uma situação de desigualdade bastante acentuada, embora tenha havido uma melhora no período 1981/87 em ambas as situações do domicílio: reduziu-se de 29,3% para 27,3% a proporção de famílias percebendo até 1/2 salário mínimo per capita na área urbana e de 69,8% para 66,1% na área rural.

Este incremento no nível de renda familiar deve no entanto ser relativizado, posto que não reflete necessariamente uma melhora nas condições de vida das famílias. O que ocorre é que este aumento na renda vem acompanhado de um aumento no número de membros da família na força de trabalho (como será mostrado em seguida). Este fato constitui certamente uma estratégia das famílias diante da crescente defasagem entre o salário do chefe de família e os custos de reprodução da unidade doméstica, refletindo portanto o agravamento das condições concretas de vida das famílias.

(2) Relatório de Indicadores Sociais (1985).

(3) Tendo em vista a variação no valor real do salário mínimo ocorrida no período 1981/87, utilizou-se em 1987 o salário mínimo corrigido com o valor real de 1981. Tomando como deflator o INPC, verificou-se uma queda de 19% no valor real do salário mínimo. Deve-se ter claro que os dados de renda de 1987 foram deflacionados apenas quando da comparação com aqueles de outros anos, no caso, 1981; nas demais circunstâncias, quando não existe a comparação entre anos distintos, os dados de renda foram calculados com base no salário mínimo do ano, não deflacionados.

Não se deve deixar de levar em conta no entanto que este incremento no número de pessoas ocupadas nas famílias reflete também as mudanças de valores que vêm ocorrendo na sociedade moderna, onde o trabalho passa a ser considerado como uma forma de reforço de individualidade, como forma de garantir uma autonomia, mesmo que relativa, principalmente por parte da mulher e do jovem.

**Quadro 3 - Distribuição percentual das famílias residentes em domicílios particulares por classes de rendimento mensal familiar per capita (salário mínimo) e rendimento médio da família
Brasil 1981/1987**

Situação do domicílio e anos		Classes de rendimento mensal familiar per capita (salário mínimo)								
		total	até 1/4	mais de 1/4 a 1/2	mais de 1/2 a 1	mais de 1 a 2	mais de 2	sem rendimento	sem declaração	rendimento médio
TOTAL	1981	100,0	16,7	21,4	25,2	18,4	15,8	1,8	0,8	4,9
	1987	100,0	15,2	19,8	23,9	19,9	18,5	1,7	1,0	5,4
URBANA	1981	100,0	9,3	18,0	26,9	22,5	20,5	2,0	0,8	5,9
	1987	100,0	8,8	16,7	25,1	23,5	23,2	1,8	1,0	6,4
RURAL	1981	100,0	37,8	30,8	20,2	7,0	2,5	1,2	0,6	2,3
	1987	100,0	35,2	29,3	20,1	8,8	3,9	1,6	1,1	2,4

4 - A FAMÍLIA NO MERCADO DE TRABALHO

Analisando-se a distribuição das famílias por número de pessoas ocupadas em 1987 (**Quadro 4**), percebe-se que, embora seja alta a proporção de famílias em que somente uma pessoa trabalha (43,4%) - sendo que em 37,5% delas é o chefe a pessoa ocupada - é mais elevado o número de famílias em que pelo menos duas pessoas trabalham (48,4% do total), sendo que 30,5% com duas pessoas e 17,9% com três ou mais pessoas ocupadas.

Quadro 4 - Distribuição percentual de famílias residentes em domicílios particulares por número de pessoas ocupadas e composição da força de trabalho familiar, segundo a situação do domicílio
Brasil 1987

Situação do domicílio	Total	Número de pessoas que trabalham e composição da força de trabalho familiar								
		nenhuma pessoa trabalha	1 pessoa trabalha		2 pessoas trabalham			3 pessoas ou mais trabalham		
			só o chefe	qualquer outra pessoa	chefe e cônjuge	chefe e filho	qualquer 2 pessoas	chefe, cônjuge e pelo menos 1 filho	chefe e pelo menos 2 filhos	qualquer 3 pessoas ou mais
Total	100,0	8,1	37,5	5,9	18,1	7,6	4,8	7,0	7,5	3,4
Urbana	100,0	8,9	38,6	6,7	18,7	7,2	5,3	5,7	6,2	3,7
Rural	100,0	5,5	37,2	3,4	16,3	8,9	3,5	11,2	11,3	2,6

A comparação campo/cidade aponta para um número maior de membros da família inseridos na força de trabalho no meio rural (25,1% das famílias têm três ou mais pessoas ocupadas contra 15,6% na área urbana). Este fato se deve provavelmente à tradição no campo de entrada precoce dos filhos no mundo do trabalho, geralmente sem remuneração na produção organizada de forma familiar.

O que se percebe ao se introduzir a variável renda na análise da força de trabalho familiar é a associação direta entre estas duas variáveis, ou seja, a renda familiar per capita aumenta à medida que se eleva o número de pessoas ocupadas. De fato, nas famílias com renda mensal até 1/2 salário mínimo per capita, não passava de 21,8% a proporção daquelas em que duas ou mais pessoas trabalhavam em 1987. Já naquelas com rendimento superior a 1/2 salário mínimo, este percentual era da ordem de 34,8%.

A comparação entre 1981 e 1987 (**Quadro 5**) revela que o padrão de manter apenas uma pessoa trabalhando na família, geralmente o chefe, vem decaindo em detrimento do aumento relativo dos arranjos familiares em que duas pessoas integram a força de trabalho, que passam de 26,5% para 30,5% do total de famílias. No caso daquelas em que há três ou mais pessoas ocupadas, o percentual se mantém estável, em torno de 17,8%.

Quando se observa a composição da força de trabalho familiar, verifica-se que o incremento no número de pessoas trabalhando se deve basicamente à entrada do cônjuge na força de trabalho, visto que é nos arranjos em que chefe e cônjuge trabalham e que chefe, cônjuge e um ou mais filhos trabalham que se dão os maiores aumentos relativos (de 13,6% para 18,1% e de 5,8% para 7,0% do total de famílias, respectivamente).

Quadro 5 - Distribuição percentual das famílias residentes em domicílios particulares por número de pessoas ocupadas e composição da força de trabalho familiar
Brasil 1981/1987

Anos	Total	Número de pessoas que trabalham e composição de força de trabalho familiar								
		nenhuma pessoa trabalha	1 pessoa trabalha		2 pessoas trabalham			3 pessoas ou mais trabalham		
			só o chefe	outra pessoa	chefe e cônjuge	chefe e filho	quaisquer 2 pessoas	chefe, cônjuge um ou mais filhos	chefe e pelo menos 2 filhos	quaisquer 3 pessoas ou mais
1981	100,0	8,9	40,8	6,1	13,6	7,9	5,0	5,8	8,7	3,3
1987	100,0	8,1	37,5	5,9	18,1	7,6	4,8	7,0	7,5	3,4

Como verificado anteriormente, o aumento no ingresso de membros da família na força de trabalho se inscreve num contexto de agravamento das condições de reprodução da família, tornando-se necessária a soma de esforços no sentido de garantir a subsistência do grupo doméstico.

Ao se analisar a intensidade da participação dos membros da família na força de trabalho (Quadro 6), percebe-se que são os chefes que detêm a maior taxa de atividade (81,5% em 1987), seguidos bem de perto pelos filhos de 18 anos e mais (78,6%). Com taxas bem inferiores seguem-se os cônjuges (35,8%) e os filhos de 10 a 17 anos (30,1%).

Com relação à situação do domicílio, confirma-se aquilo que foi apontado anteriormente, na medida em que a inserção dos membros da família no mercado de trabalho é sempre mais intensa no meio rural que no meio urbano, com exceção dos cônjuges. Deve-se observar no entanto que tende a haver uma subestimação do trabalho feminino no meio rural, na medida em que as mulheres no campo costumam desenvolver atividades auto-classificadas como afazeres domésticos, como no caso do cuidado com o roçado próximo à casa ou a criação de pequenos animais, por exemplo, que na verdade são atividades ligadas a formas de produção familiar.

Com relação aos filhos de 10 a 17 anos, a diferença entre as taxas de atividade na área rural e na área urbana é particularmente grande (43,1% e 24,3%, respectivamente), o que se explica pelas razões já apontadas.

Quadro 6 - Taxa de atividade das pessoas de 10 anos e mais residentes em domicílios particulares por situação do domicílio, segundo a condição na família

Condição na família	Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural
Chefes	81,5	79,7	87,4
Cônjuges	35,8	36,3	34,2
Filhos de 10 a 17 anos	30,1	24,3	43,1
Filhos de 18 anos e mais	78,6	78,4	79,1

É interessante observar como a composição da força de trabalho familiar assume formas distintas à medida que varia o nível sócio-econômico. Tanto os chefes quanto os cônjuges têm sua participação na força de trabalho aumentada conforme se eleva o rendimento familiar per capita. No caso dos filhos de 18 anos e mais isto também ocorre, mas apenas até a faixa de 2 salários mínimos per capita, sofrendo então uma redução. Quanto aos filhos de 10 a 17 anos, a taxa de atividade decai à medida que cresce o nível de rendimento familiar.

A análise dessas tendências revela que nas famílias de renda mais baixa, onde a pouca instrução e qualificação dos chefes não lhes permitem auferir renda suficiente para garantir a subsistência da família, o ingresso dos filhos de todas as idades no mercado de trabalho se torna necessário para complementar o orçamento doméstico. Já nas famílias de renda mais alta, o ingresso da mulher no mercado de trabalho é facilitado, graças ao acesso que costuma ter a serviços como creche e empregada doméstica, que a aliviam das atividades domésticas. Nestas situações, torna-se possível dispensar o trabalho dos filhos, sobretudo dos mais novos, o que lhes permite dedicar-se somente ao estudo (Ribeiro et alli, 1988).

A comparação entre 1981 e 1987 (**Quadro 7**) revela uma tendência de aumento nas taxas de atividade para os membros da família, sendo que no caso dos chefes e dos filhos de 10 a 17 anos, no entanto, tratam-se de aumentos desprezíveis, da ordem de 0,7%. Confirmando tendência apontada anteriormente, verifica-se que é sobretudo no caso dos cônjuges que ocorre o incremento mais significativo na taxa de participação na força de trabalho (30,2%), ficando o aumento no caso dos filhos de 18 anos e mais em 5,1%.

Quadro 7 - Taxa de atividade das pessoas de 10 anos e mais residentes em domicílios particulares, segundo a condição na família Brasil 1981/1987

Condição na família	1981	1987	aumento relativo 1987/1981
Chefes	80,9	81,5	0,7
Cônjuges	27,5	35,8	30,2
Filhos de 10 a 17 anos	29,9	30,1	0,7
Filhos de 18 anos e mais	74,8	78,6	5,1

5 - O TAMANHO DA FAMÍLIA

Os dados confirmam a tendência que já se manifesta desde as últimas décadas, de redução no tamanho médio das famílias, de 4,5 para 4,2 entre 1981 e 1987 (Quadro 8). Este processo se verifica tanto no meio urbano quanto no meio rural, preservando-se no entanto um significativo diferencial entre ambas as situações.

**Quadro 8 - Tamanho médio das famílias por situação do domicílio
Brasil 1981/1987**

Situação do domicílio	Tamanho médio das famílias	
	1981	1987
Total	4,5	4,2
Urbana	4,3	4,1
Rural	5,1	4,7

Este fenômeno se inscreve no contexto da redução nos níveis de fecundidade que vem ocorrendo no país desde a década de 60 e, com maior intensidade a partir da década de 70, levando a uma diminuição nas taxas de crescimento da população. Entre as principais razões para esta queda na fecundidade estão, de um lado, a disseminação do uso de métodos anticoncepcionais e, de outro, o agravamento das condições de reprodução da força de trabalho. Como já apontado anteriormente, ocorre nas últimas décadas uma elevação nos custos de subsistência da força de trabalho, com a diversificação dos padrões históricos de reprodução. A escolarização dos filhos, por exemplo, tornou-se um valor fundamental, enquanto as condições de habitação nas grandes cidades, por outro lado, tornaram-se mais precárias, com a escassez e valorização crescentes do espaço urbano. O conjunto destes fatores funciona no sentido de desestimular a manutenção do padrão tradicional de fecundidade.

Outros fatores além da redução no número de filhos atuam ainda na diminuição do tamanho das famílias. Por um lado, o próprio processo de nuclearização que vem ocorrendo, com a redução do fenômeno de outros parentes, além do casal e filhos, residirem na mesma unidade doméstica; e, por outro, a elevação do número de separações conjugais, aumentando a proporção de famílias monoparentais, seriam outros fatores que contribuiriam para o processo de redução no tamanho das famílias.

A observação do quadro 9 revela uma tendência de redução no tamanho médio da família à medida que se eleva o nível de rendimento familiar per capita.

Quadro 9 - Tamanho médio das famílias residentes em unidades domésticas por classes de rendimento mensal familiar per capita Brasil 1981/1987

Anos	Tamanho médio das famílias residentes em domicílio particular					
	Total	Classes de rendimento mensal per capita (salário mínimo)				
		até 1/4	mais de 1/4 a 1/2	mais de 1/2 a 1	mais de 1 a 2	mais de 2
1981	4,5	5,8	5,0	4,4	4,0	3,5
1987	4,2	5,3	4,5	4,2	3,9	3,5

De fato, tradicionalmente no Brasil, as famílias de menor poder aquisitivo costumam exercer menor controle sobre o número de filhos do que aquelas de nível sócio-econômico mais elevado, que em geral têm maior facilidade de acesso aos métodos contraceptivos. No entanto, o quadro revela ainda que o tamanho das famílias vem decaindo em todas as classes de renda no período 1981/87 - com exceção daquela de renda mais elevada, onde se mantém estável - sendo que é nas famílias de renda mais baixa que esta redução se dá com maior intensidade.

O que ocorre na verdade é que o processo de redução no número de filhos já se deu nas famílias com maior nível de renda em anos anteriores, enquanto naquelas de renda mais baixa, é mais recentemente que vem se verificando tal processo. De fato, é somente nos últimos anos que as camadas mais pobres da população vêm tendo acesso mais generalizado aos métodos de controle da prole.

6 - UNIDADES DOMÉSTICAS UNIPESOAIS

A análise das unidades domésticas unipessoais separada do conjunto das famílias não deve obscurecer o fato de que as pessoas que moram sozinhas estão de alguma forma vinculadas à realidade familiar. Tanto em casos de viuvez ou separação conjugal - em que esta sozinho significa uma etapa de dispersão do núcleo familiar - quanto em caso de migração de um cônjuge ou filho que vai trabalhar em outra localidade, a moradia unipessoal não deixa de estar referenciada à família propriamente dita.

Como verificado anteriormente, apesar de representarem apenas 6,7% do total de unidades domésticas, num total de 2,3 milhões de domicílios, as moradias unipessoais vêm apresentando um crescimento relativo expressivo, bastante superior ao do conjunto das famílias. Este crescimento se inscreve certamente no conjunto de transformações que vêm se produzindo nos padrões familiares, na medida em que as unidades domésticas unipessoais representam formas de arranjo doméstico alternativas ao padrão dominante das famílias compostas pelo núcleo conjugal e filhos.

A caracterização mais específica destas unidades domésticas nos permitirá conhecer com maior precisão o perfil de seus moradores e as razões de seu crescimento relativo.

Percebe-se de início que a incidência de pessoas morando sozinhas é maior no meio urbano que no rural e que, embora este tipo de organização doméstica esteja crescendo em termos relativos em ambas as situações, este incremento tem sido maior na área urbana que na rural: enquanto os domicílios unipessoais passaram de 6,2% para 7,1% do total de unidades domésticas no meio urbano entre 1981 e 1987, estes valores passaram no meio rural de 5,2% para 5,5%.

Os dados indicam uma leve predominância de domicílios habitados por mulheres do que por homens sozinhos. Do total de unidades domésticas unipessoais, 50,8% em 1981 e 51,0% em 1987 eram integradas por mulheres, enquanto 49,2% e 49,0%, respectivamente, em 1981 e 1987 eram constituídas por homens. É curioso que o trabalho de Berquó e Oliveira (1988), com base em dados do Censo de 1980, aponte para tendência oposta, revelando maior número de homens do que mulheres residindo sozinhos (53,1% e 46,9%, respectivamente) (4).

A variável idade ajuda a traçar de forma mais precisa o perfil deste conjunto de pessoas que moram sozinhas (Quadro 10).

(4) Razões ligadas à estimativa da amostra da PNAD não são suficientes para explicar este diferencial, visto que é de 3,9% a diferença no caso da proporção de mulheres entre as pessoas que moram sozinhas, quando se comparam os dados do Censo de 1980 e a PNAD 1981. E o erro associado à estimativa para esta variável na PNAD gira em torno de 3%. Por outro lado, a diferença de apenas um ano entre estas duas publicações não deixa margem suficiente para se interpretar o fato como sendo uma reversão de tendência.

**Quadro 10 - Distribuição percentual das pessoas de 15 anos e mais
residentes em unidades domésticas unipessoais, segundo sexo e grupos
de idade
Brasil 1988**

Sexo	Pessoas de 15 anos e mais residentes em unidades domésticas unipessoais				
	Total	Grupos de idade			
		15 a 29	30 a 39	40 a 59	60 e mais
Total	100,0	16,4	14,2	28,3	41,1
Homens	100,0	24,0	19,2	29,7	27,1
Mulheres	100,0	19,2	9,3	27,0	54,6

O que se percebe é que morar sozinho é um fenômeno mais freqüente a partir dos 40 anos de idade, sendo a faixa de 60 anos e mais aquela em que se concentra a maior proporção de pessoas nesta condição (41,1%). Isto é compreensível visto que na faixa de idade mais jovem (15 a 29 anos) é grande a probabilidade da pessoa ainda residir com os pais ou ter-se casado recentemente, e na faixa seguinte (30 a 39 anos), o mais usual é a pessoa ter constituído sua própria família. A partir dos 40 anos as chances de separação e partida dos filhos aumentam e a probabilidade de viuvez começa a se fazer presente, sobretudo na faixa de 60 anos e mais.

É interessante observar que a distribuição por idade apresenta padrões bastante diferenciados para ambos os sexos. Enquanto para as mulheres, mais da metade se concentra na faixa de 60 anos e mais (54,6%), e apenas 18,3% tem menos de 40 anos, no caso dos homens a distribuição é mais balanceada entre as diversas faixas etárias. É razoável supor que a explicação para esta ocorrência mais intensa de mulheres do que homens na faixa de 60 anos e mais se deva à maior expectativa de vida das mulheres que dos homens; outra hipótese explicativa seria um traço de nossa cultura em que é mais comum à mulher que ao homem permanecer na viuvez sem contrair segundas núpcias.

Por outro lado, nas faixas de idade mais jovens, é bem reduzida a proporção de mulheres morando sozinhas, apenas 9,0% na faixa de 15 a 29 anos, enquanto para os homens este percentual é da ordem de 24,0%. Isto se deve provavelmente ao fato de que ainda existe uma discriminação com relação à saída das mulheres da casa paterna para estabelecer moradia sozinha, enquanto para os homens este fato é mais aceito, não sendo raro inclusive o estabelecimento em outra cidade com fins de estudo ou mesmo de trabalho.

A análise da condição de atividade das pessoas que moram sozinhas revela que 58,5% exerciam alguma atividade econômica em 1987. O quadro que se segue (**Quadro 11**) apresenta as principais ocupações em que se achavam engajados.

**Quadro 11 - Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais que trabalham residentes em unidades domésticas unipessoais, segundo algumas categorias sócio-ocupacionais
Brasil 1981/1987**

Algumas categorias sócio-ocupacionais	1981	1987	1987/1981
Trabalhadores manuais urbanos	45,5	46,6	2,4
Trabalhadores rurais	22,6	18,0	-20,4
Trabalhadores não manuais de nível médio	15,1	14,6	-3,3
Trabalhadores não manuais de nível superior	8,1	10,3	27,2

Percebe-se que, apesar de predominantes, os trabalhadores manuais urbanos não têm tido um aumento significativo entre as pessoas que moram sozinhas, enquanto os trabalhadores rurais vêm tendo sua participação bastante reduzida. Já os trabalhadores não manuais de nível médio tiveram uma redução pouco expressiva, enquanto aqueles de nível superior tiveram o incremento mais significativo, da ordem de 27,2%. Esta evolução seria um indicador de que o crescimento das unidades domésticas unipessoais vem ocorrendo com grande intensidade nas camadas de renda mais elevada da população.

CONCLUSÃO

O que se pode apresentar de forma conclusiva é um apanhado das principais tendências de evolução observadas nas formas de organização familiar. Um primeiro aspecto verificado foi um processo de redução no tamanho das famílias, que vem ocorrendo desde as últimas décadas, e provocado basicamente pela queda nas taxas de fecundidade. Outra tendência detectada foi o crescimento acentuado das famílias onde falta a presença do cônjuge masculino, fenômeno expressivo sobretudo no meio urbano e que se expande não apenas nas camadas mais pobres da população, mas que vem ganhando importância também nas camadas médias urbanas. A disseminação da pílula anticoncepcional, por um lado e, por outro, a maior independência econômica conquistada pela mulher a partir do grande aumento de sua participação no mercado de trabalho, são alguns dos fatores que contribuíram para a perda da hegemonia do casamento eterno e indissolúvel. As relações que se constituem são freqüentemente mais instáveis, menos duradouros, tendendo a desfazer-se e refazer-se com maior facilidade, donde a alta incidência de famílias monoparentais. Por outro lado, a difusão de valores individualistas, o anseio pela privacidade, por uma vida mais autônoma, além de contribuírem para esta maior instabilidade das uniões conjugais, estão por detrás de um outro fenômeno apreendido pelos dados, qual seja, o aumento no número de pessoas morando sozinhas. Apesar de não serem consideradas como famílias no sentido estrito aqui utilizado, a expansão das unidades domésticas unipessoais se inscreve no quadro de transformações nos padrões familiares que vem ocorrendo, constituindo mais uma das possibilidades de moradia que se apresentam.

Existem outros aspectos das transformações observadas nos padrões familiares que não podem ser apreendidos pela PNAD, visto que esta pesquisa não capta algumas variáveis fundamentais para o estudo da família. Fenômenos como o aumento do celibato, o incremento no número de uniões consensuais e o grande aumento no número de separações conjugais, por exemplo, são algumas das tendências detectadas por diversos estudos e que não podem ser apreendidas pela PNAD, visto que esta não indaga sobre o estado conjugal dos informantes. Seria de fundamental importância para o estudo da família a inclusão desta variável, já apreendida pelo Censo Demográfico, no corpo básico da PNAD, de forma a se obter um quadro mais completo da família brasileira.

BIBLIOGRAFIA

- Berquó, Elza S. e Oliveira, Maria Coleta - The Family in Brazil: Demographic Analysis and Recent Trends - Seminar on Theories of Family Change - Tokyo, Japan, 1988 (mimeo).
- Bruschini, Cristina - Formas de apreensão do conceito de Família: a abordagem sociológica - Família nos anos 80: dimensões sociais do novo regime demográfico, Campinas, São Paulo, 1988 (mimeo).
- Oliveira, L. A. Pinto de- A Dinâmica Demográfica da Região Sudeste e seus determinantes. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, nº 4, Águas de São Pedro, São Paulo, 1984. Anais... São Paulo, ABEP, 1984, 4v.
- Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: Sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes em 1981, 1983 e 1986 - Rosa Ribeiro - coordenadora, Ana Lucia Saboia, Helena Alvim Castello Branco - Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, 1988.
- Relatório de Indicadores Sociais 1985 - Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais - IBGE - (em impressão).

**ENTRE EM CONTATO COM O IBGE
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**

SEDE — Presidência

Av. Franklin Roosevelt, 166
20021 — RIO DE JANEIRO/RJ — Telefone: 220-9442

CDDI — Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Av. Beira Mar, 436
20021 — RIO DE JANEIRO/RJ — Telefone: 220-0511

BRASÍLIA

SCS — Quadra 06 — Bl. "A"
70300 — BRASÍLIA/DF — Telefone: 224-6998

**UNIDADES REGIONAIS NAS CAPITAIS
ENDEREÇO E TELEFONE**

AC/RIO BRANCO — Rua Benjamin Constant, 506, Tel.: 224-1540
AL/MACEIÓ — Rua Tibúrcio Valeriano, 125, Tel.: 223-5088
AM/MANAUS — Rua Lobo D'Almada, 272, Tel.: 232-0152
AP/MACAPÁ — Av. Antônio Coelho de Carvalho, 301, Tel.: 222-2796
BA/SALVADOR — Av. Estados Unidos, 50, Tel.: 243-9277
CE/FORTALEZA — Rua Major Facundo, 733, Tel.: 231-5352
ES/VITÓRIA — Rua Duque de Caxias, 267, Tel.: 222-5004
GO/GOIÂNIA — Av. Tocantins, 675, Tel.: 223-3307
MA/SÃO LUÍS — Rua Joaquim Távora, 49, Tel.: 222-0350
MT/QUIABÁ — Av. XV de Novembro, 235, Tel.: 322-2121
MS/CAMPO GRANDE — Rua Barão do Rio Branco, 1431, Tel.: 721-1902
MG/BELO HORIZONTE — Rua Oliveira, 523, Tel.: 223-0554
PA/BELÉM — Av. Gentil Bittencourt, 418, Tel.: 222-7195
PE/RECIFE — Rua do Hospício, 387, Tel.: 231-0811
PB/JOÃO PESSOA — Rua Irineu Pinto, 94, Tel.: 241-1560
PI/TERESINA — Rua Simplício Mendes, 436, Tel.: 222-4161
PR/CURITIBA — Rua Carlos de Carvalho, 552, Tel.: 234-9122
RJ/RIO DE JANEIRO — Rua Humaitá, 85, Tel.: 286-2672
RN/NATAL — Praça Pedro Velho, 435, Tel.: 222-3695
RO/PORTO VELHO — Av. Duque de Caxias, 1223, Tel.: 221-5143
RR/BOA VISTA — Av. Getúlio Vargas, 76-E, Tel.: 224-4425
RS/PORTO ALEGRE — Av. Augusto de Carvalho, 1205, Tel.: 228-6444
SC/FLORIANÓPOLIS — Rua João Pinto, 12, Tel.: 222-0733
SE/ARACAJU — Rua Riachuelo, 1017, Tel.: 222-8197
SP/SÃO PAULO — Rua Urussuí, 93, Tel.: 883-0077